

Os lugares e os momentos da Sociologia*

Fernando Medeiros**

1. Ciências do homem e da sociedade e ciências da natureza

A realidade humana, na sua imensa diversidade, recobre e assume significações demasiado complexas e indeterminadas para formar um domínio de conhecimento unitário, um campo onde possam ser formuladas, em moldes "nomológicos", respostas unívocas a questionamentos precisos. Esta barreira epistemológica está na origem da distinção clássica entre ciências sociais e ciências da natureza, a partir da qual se procura especificar sob que aspectos formais ou metodológicos os comportamentos humanos nos são dados como objecto de estudo. Embora plenamente inscritos na mesma ordem dos conhecimentos e do saber empírico-racional, as ciências sociais demarcam-se das ciências da natureza pela necessária especificação espacio-temporal das suas asserções mais genéricas. O mesmo é dizer que os fenómenos observáveis e analisáveis pelas disciplinas que as constituem se inscrevem no devir do universo histórico no qual não ocorrem repetições espontâneas nem existem tão poucas possibilidades de isolar variáveis nos moldes propostos pelas ciências experimentais.

As relações entre variáveis identificadas por diferentes protocolos de observação, a partir das hipóteses que presidem à construção dos diferentes objectos de investigação, só podem ser atestadas nas situações singulares, insubstituíveis, investidas pelo trabalho de pesquisa. A abordagem das relações complexas que recobrem as interações humanas reveste a forma de constatações de um dado contexto ou de uma situação, as quais podem ser designadas por determinados pontos de vista analíticos (propostos por disciplinas diferentes ou numa mesma disciplina) mas não esgotadas por uma análise exaustiva das variáveis que as compõem.

Nesta conformação específica das ciências do homem e da sociedade, têm sido em balde os esforços repetidos no sentido de uma imitação das ciências da natureza. Os obstáculos que essas sucessivas tentativas têm encontrado

* Neste texto, que aparece sob a forma de ensaio, o autor, cujo trabalho de investigação se tem desenvolvido nas áreas da Economia e Sociologia Rural e da Economia e Sociologia do Desenvolvimento, discute as relações entre as ciências do homem e da sociedade e as ciências da natureza, detendo-se em particular na Sociologia.

** Professor da Universidade de Paris - Nanterre, Gabinete de Filosofia do Conhecimento.

podem ser considerados como um dos principais agentes da relativa identidade de propósito do conjunto das disciplinas do homem e da sociedade. No entanto, a persistência desses esforços desde os finais do século XIX surge também como o principal factor da diversificação disciplinar desse conjunto, ao ponto de induzir uma heterogeneidade de objectos, de paradigmas e de métodos de investigação que anulam a tendência para a formação de um *continuum* epistemológico no interior desse campo tal como este pôde ser observado na história das ciências da matéria ou das ciências lógico-matemáticas.

As investigações multiplicaram-se em todas as direcções sem se fundirem num paradigma, ou numa família de paradigmas, que as irrigassem sistematicamente. Isto porque o desenvolvimento dos conhecimentos sobre o homem e a sociedade não obedece ao mesmo tipo de cumulatividade em que assenta o desenvolvimento das ciências da natureza. Ele aparece como a história estilhaçada de trabalhos muito diversos, que vão desde o aperfeiçoamento do método histórico e arqueológico nos meados do século XIX ou da constituição das disciplinas autónomas e especializadas, unificadas pelo tratamento de dados homogêneos (economia, demografia, linguística) até às recentes segmentações da antropologia e da sociologia, cada vez mais especializadas por áreas de civilização e/ou por domínios específicos da vida social (ciências da religião, da educação, do político, da comunicação, da organização, etc.).

A par dessa diversificação, surgiam periodicamente tentativas concorrentes de síntese ou de doutrinas explicativas, de tipo histórico, económico, psicológico ou sociológico, que procuravam tomar por objecto a globalidade das manifestações empíricas da existência humana e da evolução das sociedades para tentar edificar, em conformidade com o ideal do primeiro racionalismo científico, uma inteligibilidade conceptualmente tão unificada como aquela da ciência dos fenómenos físicos. As dificuldades redibitórias em que esbarraaram as tentativas para atingir essa meta foram uma vez mais postas em evidência pelos impasses a que conduziram nos anos sessenta e setenta as concepções voluntaristas da pluridisciplinaridade, embora as colaborações interdisciplinares focalizadas sobre um domínio específico da cultura ou da sociedade, particularizado por uma fenomenologia própria, se tenham revelado como uma das aplicações mais fecundas e prometedoras das ciências do homem e da sociedade. Só que essa eficácia, longe de ser portadora de um saber unificante, alarga, pelo contrário, o leque das inteligibilidades parciais e reveste, por efeitos retroactivos, uma maior acentuação da especialização disciplinar o que, por seu turno, induz maiores dificuldades para a comunicação transdisciplinar.

2. O carácter parcial da inteligibilidade alcançável dos conhecimentos sobre o homem e a sociedade: as tradições dos "humanistas" e as posturas dos "social scientists"

O duplo processo de diversificação das ciências do homem e da sociedade evocado precedentemente, assim como a irredutibilidade das mesmas ao modelo universalista e unitário das ciências experimentais, resultou na formação de uma vastíssima gama de inteligibilidade produzida por dispositivos de pesquisa irremediavelmente fraccionados de onde nos advêm os conhecimentos sobre o homem, o seu devir histórico, as suas motivações interactivas e as produções materiais e simbólicas, individuais ou colectivas. Paradoxalmente aquilo que passava por uma impossibilidade de conformação aos métodos e aos paradigmas das ciências "duras", na qual se radicou senão a suspeita pelo menos o cepticismo, que emanam ainda contra elas os centros decisoriais dos aparelhos de investigação científica e tecnológica, teve como consequência a procura desenfreada de uma legitimidade definível exclusivamente nesses moldes, a qual veio desnudar uma das componentes fundamentais das ideologias modernas, a saber, o cientismo.

A vantagem patente do processo de diversificação acima evocado é contrariada pela perda que ele implica de um horizonte formado por sínteses totalizantes e por doutrinas explicativas, ao qual acresce o próprio efeito de relativização do saber científico no seu todo.

Uma prova da pertença efectiva das ciências do homem ao domínio do saber empírico-racional reside precisamente na alteração que os conhecimentos e as problemáticas que se foram adquirindo ou acumulando nessas áreas induziram na percepção do universo científico, designadamente quando eles levam a admitir formas de inteligibilidade científica que não se exprimem por leis universais ou por formalizações lógico-matemáticas analiticamente saturantes do objecto ou do universo investidos. Uma outra comprovação dessa pertença está no número assaz reduzido de instrumentos específicos de inteligibilidade que elas têm vindo a forjar e a aprofundar, mediante os empréstimos incessantes de noções, de conceitos, de métodos e de modelos, de disciplina a disciplina ou de equipa a equipa no interior de uma mesma disciplina. Na área da sociologia, esses instrumentos de inteligibilidade traduzem-se fundamentalmente em tipologias, periodizações, esquemas interpretativos, descritivos e explicativos dos processos evolutivos e dos mecanismos de interacção, constitutivos da fenomenalidade do *aquí e agora* cujas convertibilidades operativas para escalas de análise espaço-temporais diferentes, permitem restituir o *continuum* que vai do nível micro aos níveis macro-social e cultural. A própria distinção entre "ciências sociais" e "ciências humanas", ainda usada nalguns meios académicos, tende a perder os seus fundamentos lógicos e práticos pelo efeito de entrosamento já evocado dos métodos de análise e dos instrumentos de inteligibilidade utilizados em ambas. As heurísticas destes instrumentos ora se revelam no domínio de estudo mais directamente ligado às actividades humanas orientadas por objectivos concretos, intencionalmente prosseguidos,

ora surgem inseridos noutros dispositivos de investigação, no domínio de estudo formado pelas obras do espírito e das formas de expressão, no qual as relações complexas entre a intencionalidade e a significação constituem a problemática central.

Por enquanto, as fronteiras ou clivagens no interior da confederação das ciências do homem e da sociedade passa, sobretudo, pela alteridade que vai das disciplinas mais autonomizadas, isto é, vinculadas a um método próprio ou constituídas a partir do tratamento de dados homogêneos, referentes a um determinado recorte do complexo sócio-histórico, como sejam a economia, a demografia, a psicologia e a linguística, àquelas cuja vocação mais sintética esteve no origem da sua formação e constitui ainda parte integrante dos *modos operandi* da construção dos seus objectos. Estão neste caso a história, a sociologia, a semiótica, com os seus múltiplos desdobramentos por campos de especialização, alguns dos quais funcionam como conexões entre as primeiras e as segundas. Veremos, adiante, que a sociologia preenche um papel de primeiro plano nessa mediação interdisciplinar, o que aliás, não lhe dá só vantagens se avaliarmos pelos efeitos perturbadores provocados por essa extraordinária abertura.

Se esta clivagem é também assinalável pelas distribuições recorrentes dos instrumentos de inteligibilidade, forçoso será reconhecer que as materialidades empíricas com que elas se debatem são de ordem diferente, não substantivamente diferente mas de registos e de compleição diferentes; para essa clivagem concorrem também as faculdades de se cindirem os objectos de análise em variáveis explicativas pertinentes em número relativamente reduzido. Os critérios de validação são, no entanto, tão problemáticos num como noutro caso e não serão a invocação de uma filiação às "ciências duras" ou as analogias teóricas de empréstimo apresentadas com grande ênfase e com um arsenal de métodos altamente sofisticados, que lhes conferirão os graus de confiança insuspeitáveis. No caso das chamadas "ciências sociais", a utilização de conceitos descritivos oriundos das ciências da natureza, como sejam as noções de função, de estrutura, de entropia, etc., traduz-se no relativo "endurecimento" a que elas aspiram; essa modelização, visa a formulação de ideais-tipos para efeitos comparativos, propostos nos planos da diacronia e da sincronia. No entanto, a explicação das descincidências ou das disparidades entre modelos e realidades assinaláveis por esse método remete sempre, em maior ou menor grau, para uma interpretação das intenções que levam os homens a comportar-se e a agir da maneira como eles o fazem em determinados contextos ou situações, intencionalidade essa que não é dada apenas pela maneira como o cálculo lógico-formal lhes comandaria de actuar. No campo das chamadas "ciências humanas" persistem mais vincadamente as tradições nominalistas e hermenêuticas, nas quais se inscrevem as tentativas para elucidar as construções sociais, institucionais e simbólicas das realidades arrancadas por diversos processos à fenomenalidade histórica, cultural, política, linguística, jurídica, económica, etc.. As mediações pela subjectividade individual dessas construções são a

marca fundamental das sociedades modernas, centradas sobre o valor liberdade de que o Estado de direito constitui o principal garante.

Concebidos e aplicados em análises efectuadas a níveis de realidades diferentes, os instrumentos de inteligibilidade que se repartem pelos referidos subconjuntos de disciplinas das ciências do homem e da sociedade possuem o denominador comum que é o de discernir as significações interpretativas e projectivas (das "situações", das codificações jurídicas, etc.) subjacentes aos comportamentos e às "actuações" dos actores sociais, comportamentos e actuações essas que remetem para a sociogénese (na tripla dimensão histórica, cultural e psicológica) das motivações subjectivas dos mesmos, por um lado, e das maneiras como a multiplicidade de intenções se integram e se cristalizam, por outro lado, em situações e em contextos, que formam uma determinada configuração social, institucional, cultural, económica e política.

O facto destes instrumentos de inteligibilidade não permitirem, de maneira não falaciosa, estabelecer "leis" de composição e de evolução dos fenómenos sócio-históricos, não significa que estes não sejam passíveis de classificações, de tipificações e, nalguns casos, de verificações auto-projectivas ou antecipativas, designadamente através de simulações. As cristalizações culturais e sociais, traduzidas em sistemas de valores, em formas de expressão, em normas sociais, em funções de produção, em normas de consumo, em estilos de vida, etc., podem ser tomadas até certo ponto, e mediante precauções metodológicas adequadas, como equivalentes das constantes detectadas para os fenómenos físicos. Nesses casos especiais a "démarche" de tipo hipotética-dedutiva torna-se possível, embora os resultados só possam ser estabelecidos em moldes probabilísticos.

No caso da sociologia, é por referência às motivações e à intencionalidade significativa do comportamento dos actores e dos agentes sociais que podem ser aferidos os princípios de causalidade implícitos nos fenómenos sociais. O mesmo é dizer que no universo social, dada a sua dupla dimensão de representação e de expressão de vontades traduzidas em poderes organizados, em instituições, em normas ou influências, etc., os questionamentos sobre os níveis de realidade em que esses princípios de causalidade se articulam para produzir significações, envolvem sempre uma desmontagem dos mecanismos da legitimação.

3. A "démarche" sociológica

O projecto da sociologia foi, durante muito tempo, vir a constituir-se como o lugar da recomposição interdisciplinar das ciências da sociedade. Esta posição charneira comporta vantagens mas traz também alguns inconvenientes. A mais recente das ciências sociais, a sociologia, insere-se no processo já evocado de diversificação das mesmas, e de início com o forte intuito de vir a constituir o lugar de conexão das restantes, as quais passariam a ser as várias províncias da nova ciência. Essa concepção totalista não resistiu ao dinamismo das disciplinas

que a tinham precedido historicamente, dinamismo esse que era induzido pela facilitação científica da maior distância do observador aos objectos, por um lado, e pela própria internalização, nalgumas delas, do conhecimento sociológico que se ia desenvolvendo. As contribuições que iam da etnologia, da história, da geografia e da própria economia política à sociologia, não se apresentavam à maneira de uma bacia hidrográfica com as disciplinas afluentes a fazerem crescer em volume e em ímpeto o rio mestre. Nessa lógica de evolução que vai do mais simples ao mais complexo, a imagem da arborescência adapta-se melhor à configuração das ciências sociais, se pensarmos nas ramificações das mesmas no topo solar, a procurar captar os mais ínfimos rasgos de luz para devolver ao todo os elementos vitais para o seu crescimento. Na lógica que no plano da inteligibilidade, vai do mais complexo ao mais simples, a fase sub-solar da gênese das ciências sociais, que corresponde no plano histórico ao momento do racionalismo individualista renascentista, o processo subterrâneo da arborescência constitui também uma metáfora particularmente evocadora, porquanto o desenvolvimento reticular das raízes a partir do germen, remete para a mesma imagem, mas agora invertida, da ramificação. Para mais, a complementaridade desses dois dispositivos do sistema de crescimento em forma de arborescência, a unidireccionalidade troncal desses dois dispositivos e as identidades funcionais dos elementos que compõem cada um deles, evoca imediatamente a vitalidade do movimento ascendente das ciências sociais para o qual cada disciplina contribui, sacrificando ou modificando parte dos seus objectos, dos seus conceitos e das suas teorias (os ramos atrofiados ou mortos depois de terem servido) ao desenvolvimento do conjunto.

A sociologia teve de sacrificar à história, à geografia, à antropologia e à economia os campos de investigação definidos por materialidades empíricas melhor circunscritas, herdando de cada uma delas os aspectos da vida social mais obscuros, que resistem às explicações elaboradas para outras partes do universo social. A dificuldade da "démarche" sociológica reside precisamente nessa postura de recuo no choque frontal com aquilo que mais resiste à análise ou ainda, no facto de ela se ocupar de coisas "que são como são" inequivocamente, para a consciência prática comum dos membros da sociedade em que o observador sociólogo se encontra idênticamente embrenhado. De um modo geral, a distanciação ao objecto é-lhe tanto mais recusada por essa consciência comum, quanto menores forem as componentes científicas da divisão social do trabalho numa dada sociedade em regime de funcionamento regulado pela plenitude do rendimento dos mecanismos constitucionais modernos e pela comunicação social. Mas neste caso, se o conhecimento sociológico tende a escapar às críticas de suspeição (que por sua vez nutriam o empolamento ideológico do discurso sociologizante), o esforço crítico que esse conhecimento pressupõe tende a ser coibido pelos julgamentos que a sua utilidade prática imprecisa e incerta suscita no contexto pragmatista característico das sociedades modernas. O problema da sociologia deixa de ser o da legitimação científica para passar a ser o da sua legitimação de finalidade, enquanto ciência normal.

E esse espaço reduzido de legitimação da sociologia que permanece sob formas diferentes.

Como dizia recentemente um sociólogo francês (Marc Guillaume) a distância crítica da relação aos seus objectos de estudo é diminuta quando as relações de força e os conflitos que recamam a vida social induzem efeitos ideológicos potentes, ao ponto de levar a perguntar, já numa perspectiva sociológica, se uma sociedade, qualquer que ela seja, pode de facto funcionar e evoluir sem se esconder a ela própria, por diversos embustes ou ardilosas convenções consentâneas, certos pontos de interrogação resguardando certas zonas de ignorância e algumas crenças fundadoras.

A repetida observação desta propensão pode explicar, em parte pelo menos, a muito recente inserção da sociologia num espaço universitário estruturado pelas disciplinas de tradições mais antigas e/ou de teores mais formalizados. Esta fragilidade institucional traduz também a congénita abertura da sociologia para o corpo social, reconhecendo nele senão a qualidade de produtor de saber pelo menos a matriz das categorizações e dos mapeamentos cognitivos em que repousam as construções da realidade social. As tensões entre os saberes eruditos e aqueles que procedem da captação das lógicas dos comportamentos e das significações das actuações dos homens envolvidos na pregnância do *aqui e agora*, obrigam a sociologia, no entanto, a não perder de vista o seu duplo enraizamento filosófico e histórico, para evitar quanto possível a corrosão ideológica que a ameaça permanentemente ou, no pólo oposto, a sua subordinação às tecno-ciências que ocupam e estruturam os espaços da sua vertente profissional, entre as quais citarei a gestão económico-social, o marketing, a gestão socio-territorial e administrativa, o estudo das opiniões públicas, a epidemiologia, etc. Daí que a sociologia tenda a salvaguardar o carácter de conhecimento sintético que ela possui também, desde que isso não a impeça de ir consolidando o rigor científico dos seus métodos, única maneira de poder facilitar a distanciação entre o observador e o objecto de estudo, por um lado, e de controlar os usos e abusos de que os seus resultados e os seus próprios conceitos são alvo, quer por parte dos outros domínios do conhecimento quer por parte das tecno-ciências e respectivas profissões, por outro lado. Fora dessas precauções metodológicas a disciplina corre o risco de um estilhaçamento dos níveis de análise a que se submetem os seus objectos, comprometendo-se assim a inteligibilidade dos mesmos.

Nesta perspectiva, o aumento considerável dos comentários ou das interpretações subjectivas da actualidade mais imediata, matizadas de sociologia, inscreve-se no movimento natural da difusão dos saberes especializados. Para evitar os efeitos perversos dessa vulgarata sociológica produzida no rodópio das modas culturais e dos mass media, importa que o corpo da disciplina se dote de meios de controle técnicos e deontológicos adequados, com força suficiente para desqualificar publicamente os usos e abusos de linguagens feitos a seu encoberto.

Num outro plano, a ausência desse duplo corrimão metodológico cria o risco de ver surgir e expandirem-se sociologias de legitimação ou de justificação do "estado das coisas" nas sociedades onde os saberes científicos e as suas aplicações tecnológicas tendem a aparecer como forma eponímia da necessidade histórica. A endogeneização do conhecimento sociológico na moderna economia política, por exemplo, efectuada no quadro de programas de investigação e de produção de dados estatísticos onde a sociologia entra apenas como componente técnica, representa um risco imenso para a sociologia, quando isso conduz a privá-la do ponto crítico das tensões culturais e intelectuais em que ela focaliza a sua perspectiva analítica e metodológica. A sujeição da sociologia ao postulado utilitarista só pode conduzir à produção de discursos de legitimação das teleologias modernas, quando a melhor parte da sua vocação residiu sempre na produção de um distanciamento em relação às razões que os homens utilizam ou invocam à posteriori para dar forma e sentido àquilo que as circunstâncias ou as "situações" os impelem a fazer. Inversamente, quando ela envereda por um criticismo sistemático do postulado utilitarista, denegando-lhe qualquer fundamento simbólico para a construção da realidade social, a sociologia extrai-se de modo idêntico, embora em direcção avessa, do ponto crítico que lhe serve de referente fundador.

4. A ressurgência do momento sociológico após um período recente de apagamento relativo

Da apresentação feita até aqui destaquei a ideia da simultânea pertença da sociologia às duas famílias parentes das ciências do homem e da sociedade, contrapondo-a às carências manifestas dos dispositivos universitários e das instituições de investigação em matéria de criação de condições favoráveis a essa dupla implicação. Como escrevia recentemente J. C. Passeron, a propósito da situação das ciências sociais em França, a sociologia "pode ser esse lugar escarpado habitado beneficentemente por todas as ciências da sociedade ou numa encruzilhada de correntes de ar onde os fogos de palha das modas se extinguem tão rapidamente como surgem". A grandeza e a fraqueza da sociologia consiste precisamente em ser, segundo o momento, uma ou outra dessas duas coisas, o que só pode facilitar os ataques de que ela é alvo por parte dos seus mais acérrimos detractores.

A tentação é fortíssima de a abrigar definitivamente desses ataques, exilando-a na cidadela das "ciências sociais" situada nas dependências das ciências da natureza e no jardim bem florido das tecno-ciências. No entanto essa recolocação entrincheirada conduzi-la-fa a participar muito empobrecidamente nesse singular e extraordinário poder do conhecimento moderno que o impele à acumulação indefinida, quando a sua situação medianeira lhe permitiu, já por diversas vezes na história contemporânea das ideias e do pensamento científico, objectivar problemas teóricos e epistemológicos da maior relevância. Por outro lado, todos nos apreçamos que a evolução acelerada das nossas

sociedades cada vez mais complexas, se confronta com uma proliferação de conflitos, de dificuldades e de ameaças que colocam as ciências do homem e da sociedade perante desafios tanto mais complexos e importantes porquanto essa proliferação de problemas sociais tiveram por primeira consequência a deslocação dos grandes sistemas de pensamento ou de crenças em que se sustentavam as nossas visões do mundo e as nossas esperanças de progresso.

Perante estas evoluções, as ciências do homem e da sociedade, apesar da debilidade dos meios de que dispõem comparativamente àqueles que as sociedades modernas afectam ao conhecimento da matéria, vão acumulando indistintamente estudos de grande minúcia, tentativas de síntese mescladas de controvérsias confusas, hipóteses e questionamentos orientados em todas as direcções. O momento da sociologia, após o estremecimento dos paradigmas que herdara da sociologia clássica, surge no desafio que lhe é lançado, tanto do interior como do exterior, para elaborar um ordenamento mínimo dessa proliferação de ângulos de visão dos fenómenos humanos e sociais, sem reduzir artificialmente essa diversidade a um paradigma exclusivo.

A diversidade das condições de comportamento dos homens em sociedade, sublinha e reflecte a multiplicidade dos condicionalismos que os envolvem e que tanto podem ser de ordem económica, demográfica e geográfica como de ordem psicológica, ideológica, linguística, filosófica, etc.. A materialidade empírica dos efeitos produzidos por essa multiplicidade de factores, constatada por cada disciplina, aponta para a comum referência das ciências do homem e da sociedade às actividades humanas presentes e passadas, produtoras e reprodutoras de bens materiais e simbólicas. Esses efeitos surgiram como objectos de investigação a partir do momento em que se descobriu que a intencionalidade não permite por si só elucidá-los, posto que esta surge como uma função da interpretação subjectiva dos actores das "situações" em que eles mergulham, sendo estas, por sua vez, funções de disposições e de mapas cognitivos que não nos são dados a observar directamente.

Neste contexto, a sociologia constitui o dispositivo central das ciências do comportamento na medida em que os seus métodos permitem apreender, nas situações que ela investiga, as maneiras de agir dos actores e de apontar, através da análise dos processos de interacção, a maneira como eles reagem às suas próprias reacções, ora compensando as suas frustrações noutros domínios ou formas de acção, ora utilizando o sentimento de realização e de segurança adquirido numa esfera de acção para os transformar em capital psicológico de confiança propiciador de acção e de iniciativa noutros sectores da vida social. A dualidade contraditória da legitimação nas sociedades democráticas, económica e tecnologicamente mais desenvolvidas, uma das suas vertentes referenciada pelo princípio da verdade ou legitimação científica a que subjazem as estruturas lógicas da acção racional, e a outra situada no plano da identidade onde predominam as acções indissolivelmente imbricadas nas reacções afectivas e na emotividade, coloca o problema evocado precedentemente no centro da problemática sociológica e psicológica da diferenciação e da integração

sociais na qual a ciência da organização, substituto da mão invisível reguladora das transacções entre os homens, se inscreve simultaneamente como uma expectativa de solução e como uma ameaça de opressão.

Assim, as tarefas principais da sociologia não se resumem apenas a explicitar o melhor possível as texturas lógicas das hipóteses práticas (modelos de acção racional) ou das opiniões (estudo de atitudes, dos sistemas de valores e das mentalidades sociais e grupais), de molde a testar empiricamente as consequências por elas produzidas, mas estendem-se também ao estudo dos contextos criados pela interacção de uns e de outros e de ambos com as relações sociais fundadas no princípio de identidade ou de reciprocidade, sem recurso aos quais não é possível inferir essas texturas lógicas nem interpretar adequadamente os efeitos de que procede a análise. O avanço mais significativo do pensamento sociológico dos últimos anos reside, precisamente, na chegada teórica dessa dualidade estrutural da realidade social, na qual os actores são auto-determinados embora os seus comportamentos sejam em parte determinados, e em parte apenas, pela posição social ou pela socialização.

As interrelações dinâmicas entre os actores e instituições passam a ser, desse modo, um dos principais terrenos mobilizadores da sociologia contemporânea, desdobrado em diversos domínios de especialização - sociologia das organizações e da empresa, sociologia rural e urbana, sociologia do trabalho e das profissões, sociologia política e económica, etc. . No plano das colaborações interdisciplinares a sociologia procura retomar iniciativas nos diálogos com a economia, a demografia, a história e o direito, sem prejuízo para as colaborações que despontam com outras disciplinas como sejam a linguística, a psicologia e a antropologia.

Relativamente às tecno-ciências, a sua participação nalguns países nos curricula de formação de algumas delas, umas situadas no campo das "ciências humanas e comunicação" e outras no conjunto "ciências sociais e administrativas", permite gerir uma melhor difusão dos objectos e dos métodos que lhe são próprios, o que se espera venha a contribuir não só para uma melhor percepção pública da "démarche" sociológica como ainda para a formulação das procuras a que ela possa responder.